

Roubo na Saúde é de mais de R\$ 10 milhões

■ Auditores afirmam que esquema configura formação de quadrilha e que a fraude tinha o aval do ex-secretário Astor de Mello

ITALA MADUELL

O rombo na Secretaria estadual de Saúde é superior a R\$ 10 milhões, apenas em compras de medicamentos e material cirúrgico realizadas nos últimos dois meses de 1994. A estimativa é dos auditores que investigam as fraudes na secretaria praticadas na gestão do secretário Astor de Mello. Eles descobriram mais um lote de notas frias, que somam cerca de R\$ 2 milhões de compras emergenciais de antibióticos que não foram entregues à secretaria. Para se ter uma idéia dos prejuízos na Saúde causados pelo roubo, basta lembrar que as 22 unidades da rede estadual custam R\$ 7 milhões por mês.

As empresas fornecedoras não funcionam nos endereços fornecidos à Junta Comercial e nem têm telefone. As notas fiscais da Ronam Comércio e Representações Hospitalares, no valor total de R\$ 1.860.442,00, citam a Rua Almirante Teffê, 645, sala 803, em Niterói, como endereço da firma. Ali, no entanto, funciona a sede do jornal do condomínio. Já a nota da Index Comercial Hospitalar Ltda, de R\$ 241.130,00, dá como endereço da empresa a Rua Álvaro Alvim, 27/102, onde na verdade funciona o escritório de um representante de sapatos. As duas notas receberam visto de entrega do então diretor do Departamento de Insumos Básicos

(DIB), Carlos Alberto Rocha, e do diretor da Divisão de Medicamentos, Mamoru Oguro.

Declarações — De acordo com os registros, parte do material teria saído do DIB no mesmo dia para hospitais da rede. Chamado pela nova diretoria, Oguro afirmou que as notas estão em poder do ex-diretor e que os medicamentos sequer chegaram ao DIB — apesar de ter atestado seu recebimento e assinado nota de saída do material para os hospitais. A auditoria tem declarações das farmácias dos cinco hospitais que deveriam ter recebido os antibióticos (Getúlio Vargas, Pedro II, Rocha Faria, Carlos Chagas e São Sebastião) dando conta de

que os produtos não chegaram às unidades. Além disso, nenhuma das mercadorias entrou no almoxarifado do DIB e não há — no DIB, nem nos hospitais — nota das transportadoras que teriam levado as mercadorias.

Procurado pelo **JORNAL DO BRASIL**, o assessor-chefe de Planejamento e Controle da Secretaria, Carlos Eduardo Gouveia, confirmou as informações e disse que todos os pagamentos estão suspensos até a verificação da entrega dos materiais e serviços prestados, além da checagem dos preços praticados. Ele acrescentou que vai propor ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) a criação de uma auditoria especial para rever os pagamentos

feitos — e obrigar as empresas a devolver o dinheiro. A expectativa é de que o TCE faça o cruzamento das contas bancárias das empresas.

Aval — O pagamento da compra da Index foi feito à vista. No caso da Ronam, o estado deixará de desembolsar irregularmente R\$ 1,8 milhão, já que foi paga apenas uma parcela de R\$ 197.195,00. Os auditores lembram que o esquema configura formação de quadrilha. Segundo eles, a fraude tinha, no mínimo, o aval do secretário Astor de Mello. O custo mensal estimado para compras de medicamentos é de R\$ 1,2 milhão. Só em dezembro, Astor de Mello liberou pelo menos R\$ 5 milhões. Além disso, está sendo apurado o desvio de mais R\$ 3

milhões, também em notas frias assinadas por funcionários da secretaria.

Esta é a segunda confirmação de entrega fantasma de medicamentos ao Departamento de Insumos Básicos da secretaria, onde atualmente os auditores estão concentrando suas atenções. O DIB centraliza todos os produtos comprados pela secretaria para abastecer a rede hospitalar. Na semana passada, foi descoberta uma série de notas frias — no valor total de R\$ 840 mil — para a compra de material de escritório e fios de sutura, que jamais chegaram ao DIB, apesar de as notas fiscais terem o visto do chefe da Divisão de Apoio Administrativo do próprio DIB.